



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

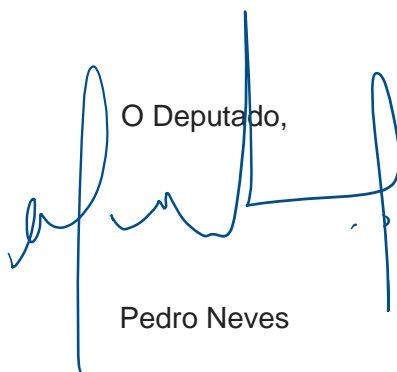
São Miguel, 13 de Janeiro de 2021

Assunto: Requerimento – Violação das disposições aplicáveis ao transporte marítimo de animais no embarque no navio Malena oriundo da ilha das Flores

A Representação Parlamentar do PAN/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte requerimento e pergunta com solicitação de resposta escrita dirigida ao Governo Regional, directamente à Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Com os melhores cumprimentos,

O Deputado,



Pedro Neves

Exmo. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural,

Após verificação presencial da Representação Parlamentar do PAN/Açores, no dia 12 de Janeiro de 2021, dos contentores em trânsito no Porto Comercial de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, para posterior transbordo, com animais vivos (bovinos) transportados pelo Navio Malena, com origem da ilha das Flores, carregados no dia 10 de Janeiro de 2021, e com destino à ilha do Pico para descarga final no dia 13 de Janeiro de 2021, apurou-se que incorreram vários incumprimentos do Regulamento (CE) n.º 1/2005, do Decreto-Lei n.º 265/2007 e Decreto-Lei n.º 158/2008, nomeadamente:

1. Impossibilidade de acesso a comida e abeberamento por estarem amarrados com cordas ao contentor durante o percurso da viagem e espera de transbordo, violando o previsto na alínea a) do número 3.º do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 265/2007 que define as normas aplicáveis ao transporte marítimo de animais;
2. A falta de espaço suficiente, devido à sobrelotação, para os animais estarem de pé na sua posição natural, bem como para se deitarem, sempre que necessário, violando o previsto pelas e) e f) do número 3.º do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 265/2007 que define as normas aplicáveis ao transporte marítimo de animais;
3. A falta de tratadores durante a viagem e no Porto Comercial de Ponta Delgada, aguardando transbordo, violando o previsto pelas alíneas h), i) e j) do número 3.º do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 265/2007 que define as normas aplicáveis ao transporte marítimo de animais;

Verifica-se assim, uma inobservância qualitativa e legal por parte da autoridade veterinária, que esteve presente na contentorização dos animais na altura do embarque,



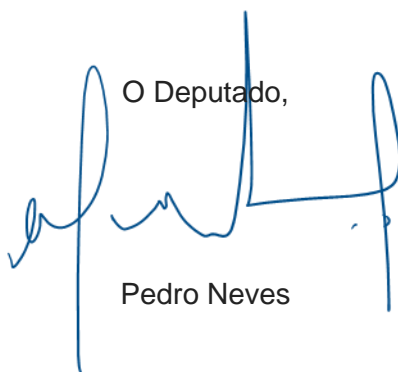
sem que houvesse algum registo de incumprimentos da legislação em vigor ou recusa de embarque dos contentores devido à sobrelotação ou amarração de animais, que impossibilitou o acesso aos comedouros e bebedouros. Pelo contrário, a autoridade veterinária, que tem obrigação de fazer cumprir a lei vigente, assumiu que toda a carga cumpria os requisitos legais aplicáveis ao transporte marítimo de animais vivos, mesmo quando existiu reservas por parte do transportador na origem e pela observância, [com registo factual](#), por parte da Representação Parlamentar do PAN no dia 12 de Janeiro de 2021.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do PAN/Açores solicita a V.ª Ex.ª resposta às seguintes perguntas:

1. Quais foram as motivações da autoridade veterinária, após vistoria, para autorizar o embarque dos contentores que transportavam animais vivos que não cumpriam a legislação em vigor?

São Miguel, 13 de Janeiro de 2021

O Deputado,



Pedro Neves